

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

O Terceiro Estado e a Revolução

*Gustavo Ribeiro Sacoda
Estudante de graduação de História da
Universidade Federal de Viçosa*

A França da segunda metade do século XVIII era a mais poderosa e mais típica das velhas monarquias absolutas da Europa. E essa sociedade francesa pode ser dividida em três grupos: o Primeiro Estado-que se compunha do Clero, o Segundo Estado-composto pela Nobreza, e o Terceiro Estado que representava o resto da população que não se encaixavam nos dois primeiros Estados, eram os burgueses, camponeses, artesãos e proletários. “As 400 mil pessoas aproximadamente que, entre os 23 milhões de franceses, formavam a nobreza, a inquestionável ‘primeira linha’ da nação, embora não tão absolutamente a salvo da intromissão das linhas menores como na Prússia e outros lugares, estavam bastante seguras. Elas gozavam de consideráveis privilégios, incluindo de isenção de vários impostos (mas não de tantos quanto o clero, mais bem organizado), e do direito de receber tributos feudais.” (HOBSBAWM, p. 87).

Nesse contexto de sociedade hierarquizada é que se inicia a Revolução Francesa. Antes de 1789, houve uma tentativa por parte do Rei absolutista Luiz XVI em cobrar imposto do Clero e da Nobreza que até então mantinham seus privilégios feudais de isenção de impostos. Esses então chamados de Notáveis, em oposição ao Rei, e sem se dar conta que suas prerrogativas tinham base no absolutismo, chamaram a burguesia para os apoiarem na luta contra o poder real. Esse foi o começo do fim para a nobreza. A partir daí, o Terceiro Estado descontente com a má distribuição da riqueza e ostentação da corte, com a crise produtiva manufatureira e o aumento populacional seguido da crise agrícola que deixou massas populacionais em estado de miséria, todo este contexto de insatisfação fez com que o esta camada menos favorecida da sociedade tivesse a chance de se rebelar. “Assim, a revolução começou como uma tentativa aristocrática de recapturar o Estado. Esta tentativa foi mal calculada por duas razões: ela subestimou as intenções independentes do “Terceiro Estado” – a entidade fictícia destinada a representar todos os que não eram nobres nem membros do clero, mas de fato dominada pela classe média – e desprezou a profunda crise socioeconômica no meio da qual lançava suas exigências políticas.” (HOBSBAWM, p. 90)

O que se seguiu foi o início da Revolução, em que o chamado Terceiro Estado reivindicou seus interesses que se contrapunham aos do Clero e da Nobreza, e, principalmente, em suprir a ordem absolutista. No desenrolar dos fatos várias vertentes de pensamento dentro do “Terceiro Estado” foram surgindo, se contrapondo e se confrontando. Entre os principais estão os: Girondinos da alta burguesia que defendiam seus interesses, muitas vezes contrários aos das massas; e Jacobinos da pequena burguesia que queriam aumentar os direitos do povo e aprofundar a revolução, apoiados pelos *sans-culottes* e pelas massas populares de Paris. Por conseguinte, dentro do Terceiro Estado havia camadas diversas, com interesses diversos, que num primeiro momento da revolução se uniram para acabar com os privilégios da nobreza. Mas depois de tomado o poder, a disputa interna tornou-se exaltada até, por fim, a ascensão de Napoleão Bonaparte.